



ACÓRDÃO Nº56/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 2110/2007 (35 volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA.
- 4- **Exercício:** 2006.
- 5- **Responsável:** LOURENCO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA (Ordenador de Despesa).
- 6- **Unidade Técnica:** DICA-AM / DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2588/2016-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Exercício de 2006.

Regularidade com Ressalvas. Recomendação. Quitação. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, referente ao exercício 2006, de responsabilidade do Sr. Lourenço dos Santos Pereira Braga, Reitor da UEA, à época, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 9.2. **Recomendar** à Universidade do Estado do Amazonas - Uea na pessoa do atual Gestor, que:
 - 9.2.1. Observe toda legislação pertinente para o correto envio de suas contas anuais a este Tribunal de Contas (art. 16 da Lei 2423/96 c/c 182, §1º, II da Resolução TCE 04/2002);
 - 9.2.2. Abstenha-se de elaborar projeto básico sem a devida caracterização do objeto a ser contratado, nos termos do art. 6º, IX, da Lei nº 8666/93;
 - 9.2.3. Abstenha-se de licitar, dispensar licitação ou inexigir licitação sem a fiel observação do art. 7º, §2º, III da Lei nº 8666/93;



ACÓRDÃO Nº56/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.2.4. Abstenha-se de prorrogar ou celebrar novos contratos com a Fundação Muraki ou com qualquer outra entidade, nos casos em que os objetos das avenças visem tão somente à descentralização de serviços inerentes à própria atividade fim da universidade, com o objetivo de fugir da obrigatoriedade do cumprimento das normas legais aplicáveis à execução das despesas públicas, alertando para a real possibilidade de consequências administrativas e penais em caso de novos descumprimentos.

9.3. **Dar quitação** ao Sr. Lourenço dos Santos Pereira Braga, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c o art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.4. **Arquivar** o presente processo.

10- **Ata:** 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- **Data da Sessão:** 9 de Fevereiro de 2017.

12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- **Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO ASSIS CORREIA PINHEIRO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral